

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Eletrobras: executivo se desculpa após crise.....	2
Título: Presidente da Light renuncia por discordância com Cemig.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Jovem prefeito de Minas peita Samarco e atrasa nova licença.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Estatal retoma negociações com Sete Brasil	6
Título: Para técnicos da CVM, Petrobrás terá de refazer balanços.....	7
Título: Eletrobrás vai cortar ponto de grevistas.....	8
Título: Direto da Fonte	10
Título: Eletrobras mantém plano de demitir 5 mil.....	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Eletrobras: executivo se desculpa após crise**

Presidente da estatal criou mal-estar ao chamar gerentes de "vagabundos"

A repercussão de um encontro entre o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, e sindicalistas no último dia 1º causou mal-estar na estatal. O presidente da companhia se referiu a parte do pessoal da empresa como "inúteis" e "vagabundos" durante um encontro no qual defendeu o plano de reestruturação da companhia, que prevê corte de funcionários e de custos. Com 23 mil empregados, a meta é reduzir o quadro de funcionários a 12 mil por meio de planos de demissão, aposentadorias e privatização de distribuidoras estaduais.

O áudio do encontro com os sindicalistas foi divulgado. Diante da reação dos empregados, o executivo fez um comunicado interno por vídeo transmitido pela internet aos funcionários no último dia 21, no qual pedia desculpas. Mesmo assim, em outro sinal de divergência, a companhia divulgou um comunicado anteontem no qual classifica como "inaceitáveis" questões como "a falta de comprometimento de alguns gerentes, descaso com as metas da companhia e, até mesmo, fraudes envolvendo o sistema de catracas que registram o ponto"

Na nota, a Eletrobras admite que Wilson Ferreira "reconhece que usou algumas expressões rudes em áudio divulgado pelos sindicatos. No vídeo a todos os empregados, ele procura esclarecer situação e pede desculpas. Cabe esclarecer, porém, que os áudios foram tirados do contexto."

"NÃO SERVEM PARA NADA"

No áudio da gravação do encontro com sindicalistas, Ferreira Júnior afirma que "lá em cima na cabeça, como tudo que tinha aqui, são 40% da Eletrobras, de caras inúteis, que não servem para nada. E estão aqui ganhando gratificação, um telefone, uma vaga de garagem, uma secretária, esse tipo de coisa. A sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular em serviço público".

Na conversa com os sindicalistas no início do mês, Ferreira Júnior destacou sua indignação. "Nós temos muito mais gerente do que deveria ter, e temos um monte de safado que ganha 30 e 40 paus (R\$ 30 mil e R\$ 40 mil), e está sentadinho. Não estão nem aí com sua situação (do sindicalista)."

No texto divulgado anteontem, a Eletrobras ressalta que o encontro se tratava de uma apresentação sobre a reestruturação da companhia, que prevê corte de

cargos comissionados, plano de aposentadoria extraordinária, privatização das distribuidoras e um futuro plano de incentivo ao desligamento ainda a ser lançado.

Durante o encontro com o executivo, os sindicatos ameaçaram entrar na Justiça contra as privatizações das seis distribuidoras de energia e se mostraram contrários ao plano de desligamento voluntário. "Por isso, com o intuito de alertar os sindicatos para que eles também se manifestem contra esse tipo de comportamento indevido, o presidente usou de maior veemência" conclui a nota da estatal.

Ferreira Júnior está há um ano no comando da companhia. Com ampla experiência no setor elétrico, tem a missão de reestruturar a estatal, que registrou resultados negativos nos últimos anos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Presidente da Light renuncia por discordância com Cemig

Empresa estadual de energia de Minas Gerais tem o controle de mais de 26% da companhia

A centenária Light, distribuidora de energia em 31 municípios do Estado do Rio, incluindo a região metropolitana do Rio, ficou novamente sem presidente. Um ano e sete meses depois de assumir o cargo, a economista Ana Marta Horta Veloso renunciou nesta sexta-feira, durante reunião do conselho de administração da companhia, conforme antecipou o blog de Lauro Jardim.

A executiva ficará no cargo até a próxima reunião do conselho, que deve acontecer no dia 28, quando será indicado o seu sucessor. Antes de assumir a presidência da Light, Ana Marta era diretora estatutária na Equatorial Energia S.A. e já integrava o Conselho de Administração da distribuidora quando foi indicada ao cargo.

De acordo com fontes próximas à distribuidora, a executiva decidiu renunciar ao cargo de presidente da Light por não concordar com o tipo de gestão e exigências que eram feitas pela Cemig — empresa estadual de energia de Minas Gerais, que tem o controle da companhia com 26,06% do capital total. A executiva tinha uma visão empresarial privada, e em vários momentos tomava decisões que eram aprovadas pelo sócio controlador, mas logo em seguida voltavam atrás. Ana Marta também defendia entre os planos para melhoria dos resultados da Light, a

venda de alguns ativos, o que encontrou forte resistência dos acionistas controladores.

O presidente anterior da Light, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, também saiu devido à relação da empresa com a controladora Cemig que, segundo ele, estava desgastada há tempos. A Cemig já anunciou que está disposta a vender entre seus vários ativos, sua participação na Light.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Jovem prefeito de Minas peita Samarco e atrasa nova licença

Leris Braga (PHS), 34, prefeito de Santa Bárbara (MG), é a mais recente preocupação da mineradora Samarco, que busca duas licenças ambientais para voltar a operar após o rompimento da barragem que deixou 19 mortos em 2015.

Uma das autorizações está travada desde janeiro na cidade, onde a Samarco captava água para produção de minério. O volume retirado pela empresa em um ano é o suficiente para abastecer os 30 mil habitantes por 11 anos.

As outras quatro cidades onde a Samarco atua em MG (Mariana, Ouro Preto, Catas Altas e Matipó) já emitiram a chamada carta de conformidade para que a empresa inicie o processo de reabilitação das licenças suspensas em outubro passado. A mineradora pertence à Vale e à anglo-australiana BHP Billiton.

O prefeito diz que a adutora da Samarco está em uma zona de recuperação ambiental e, por isso, a empresa deve entregar estudos sobre seu impacto e cooperar para cessar a degradação da área. "A medida de mitigação é importante, porque preservar o recurso hídrico é preservar a matéria-prima", diz o prefeito.

Em fevereiro, mês em que entrou na Justiça, a Samarco também entregou os estudos, atualmente sob análise da prefeitura. Uma decisão deverá sair nos próximos dias.

A mineradora chegou a obter na Justiça, no mês passado, uma sentença que obrigava o município a emitir ou não a carta em dez dias, independentemente da análise dos estudos. Dias depois, a presidente do STF, Cármen Lúcia, derrubou a decisão.

"A expedição de declaração de conformidade sem a devida análise e conclusão sobre os impactos [...] importa, de imediato, expor toda a coletividade do município a situação de risco", afirmou a ministra.

"A prefeitura não se manifestou até agora. Se julgar não haver conformidade, ela tem que apresentar o aspecto que está sendo descumprido. Se for possível consertar, eu conserto. Ou compenso de outra maneira", diz Alexandre Souto, gerente da Samarco.

As partes chegaram a um acordo informal em abril: a Samarco iria arcar com um projeto de estação de tratamento de esgoto para Santa Bárbara. O acerto desandou porque o prefeito queria que a mineradora executasse a obra, e a empresa se comprometeu somente a ajudar a captar recursos públicos.

"Não é correto a empresa fazer a estação de tratamento. Os estudos mostram que a adutora tem impacto desprezível", diz o gerente.

A Samarco argumenta que não cabe à prefeitura exigir compensações, já que o licenciamento e a definição de contrapartidas são competências do governo estadual.

O prefeito afirma, porém, que não pede uma compensação ambiental. "São estudos para embasar a decisão da prefeitura, não tem a ver com licenciamento ambiental. É uma zona degradada, se algum empreendedor deseja algo ali, ele precisa equilibrar. O município não quer uma oferta, não é um negócio."

A Samarco quer voltar a operar com 60% da sua capacidade –não é possível a recuperação plena após a tragédia. Para isso, necessita ainda da licença, protocolada há um ano, para construir um novo sistema de rejeitos.

"O entrave de Santa Bárbara atrasou, e muito, a retomada. A última expectativa era o final deste ano, mas já foi frustrado", diz o gerente.

O retorno representaria 20 mil empregos diretos e indiretos. A própria Santa Bárbara vive da mineração, que representou 8,6% de sua receita de R\$ 96,4 milhões em 2016. A Samarco, porém, não paga impostos à cidade por não explorar minério ali.

"O município compreende a importância da mineração. Preciso pensar nos colaboradores de hoje da mineração, mas também preciso pensar nos empregados de amanhã."

Nascido em Santa Bárbara e filho de pequenos produtores rurais, o prefeito Braga foi estudar administração em Belo Horizonte, onde passou num concurso do

Banco do Brasil. Deixou o posto para concorrer à prefeitura em 2012. Novato e sem padrinhos políticos, foi reeleito com 78% dos votos no ano passado.

Braga e Samarco já se cruzaram em 2013, quando o prefeito assumiu a administração e, faltando 12% para a instalação da adutora, verificou que faltava o alvará municipal para a obra, que foi embargada pela Promotoria.

Para conclusão, prefeitura e Samarco fizeram um acordo que prevê R\$ 12,8 milhões em investimentos até 2020.

Foram construídos posto de saúde, centro comunitário, centro de empreendedorismo, além de pavimentação. Ainda restam R\$ 4,4 milhões a serem repassados pela Samarco.

Foi também nessa época que a primeira carta de conformidade da adutora, expedida em 2009 pelo ex-prefeito Antônio Eduardo Martins (PTB), foi questionada na Justiça em ações por improbidade ambiental e crime contra a administração ambiental.

Segundo o Ministério Público, não houve "avaliação técnica prévia que embasasse essa declaração municipal".

A defesa do ex-prefeito afirma que ele fez questão de ressaltar, na carta, que a legislação ambiental pertinente deveria ser respeitada. A Samarco diz que os acordos já firmados regularizam as pendências e que a questão está resolvida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira / Fernanda Nunes

Título: Estatal retoma negociações com Sete Brasil

A diretoria executiva da Petrobrás autorizou a participação da companhia em novo processo de negociação com a Sete Brasil, em resposta ao pedido de retomada das negociações formulado por esta empresa, que está em recuperação judicial.

“O resultado das tratativas, qualquer que seja, estará sujeito às normas de governança corporativa e conformidade da Petrobrás, bem como à aprovação pelos seus órgãos competentes.” Em audiência realizada na quarta-feira no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Sete Brasil propôs retomar as negociações com a estatal para tentar viabilizar os contratos de afretamento de sondas para a petroleira.

A audiência fez parte do processo de recuperação judicial da Sete Brasil, que entrou em crise desde que a Petrobrás se negou a levar adiante o projeto de afretamento de 29 sondas para o pré-sal. A estatal questiona, sobretudo, os valores previstos nos contratos, embora seja uma das sócias da Sete Brasil.

O objetivo do encontro era promover uma mediação entre as duas, mas a Sete Brasil preferiu recorrer à negociação direta, sem intermediários. A empresa de afretamento tem pressa para chegar a um acordo com a Petrobrás, porque, com o projeto suspenso, o dinheiro em caixa é escasso e sua sobrevivência, curta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Para técnicos da CVM, Petrobrás terá de refazer balanços

Práticas adotadas pela estatal para proteger exportações futuras de variações cambiais teriam contrariado as normas

No que depender das áreas técnicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Petrobrás terá mesmo de refazer todos os seus balanços financeiros desde 2013, revela o processo ao qual o 'Estadão/ Broadcast' teve acesso.

Após apreciar o recurso enviado pela estatal em março, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) e a Superintendência de Normas Contábeis (SNC) ratificaram o entendimento de que as práticas adotadas pela estatal para proteger suas exportações futuras de variações cambiais, a chamada contabilidade de hedge, contrariam as normas vigentes.

O processo seguiu para o relator do caso, Henrique Machado, com pareceres contrários ao recurso da estatal. O colegiado da CVM dará a palavra final, mas a análise da área técnica tem peso. Como o mandato do presidente Leonardo Pereira termina em julho, a expectativa é de decisão em até duas semanas.

Desde 2013 a Petrobrás adota a contabilidade de hedge com justificativa de proteger exportações futuras projetadas dos efeitos da variação cambial com uso da dívida líquida dolarizada. É o chamado hedge natural, por dispensar uso de derivativos.

Ao analisar as operações, a área técnica da CVM considerou que a petroleira desvirtuou sua essência econômica, migrando de uma política de proteção de risco para um mecanismo de diferimento de perdas cambiais com as dívidas. A real preocupação seria não refletir imediatamente no resultado perdas cambiais

em razão de seu endividamento em dólar. No recurso, a Petrobrás trata de pontos citados pelas áreas ao determinarem a republicação dos balanços.

Entre eles estão o uso de instrumentos de proteção com prazo de vencimento superior ao das próprias relações de hedge e a inversão entre objeto e instrumento de hedge. A estatal argumenta não haver determinação normativa para que prazos de realização das exportações, objeto do hedge, coincidam com o vencimento das dívidas usadas como instrumento de proteção.

Para ela, não há proibição de que o vencimento dessas dívidas seja posterior ao prazo das exportações a serem protegidas, desde que a mesma dívida seja usada como instrumento de hedge até seu vencimento.

A Petrobrás se vale da redesignação para viabilizar isso. Na medida em que as exportações “protegidas” se realizam, passa a usar aquela mesma dívida, não vencida, para proteger outro contrato de exportação. Para a CVM, a legislação não permite descasamento dos prazos do objeto e do instrumento de hedge.

No caso da Petrobrás, havia dívidas com vencimento em 2027, embora sua estratégia de gerenciamento de riscos mencionasse a proteção de exportações por sete anos (até 2020). Além disso, o entendimento é que é preciso haver especificação dos dois itens, que deve ser documentada com precisão desde o início da relação de hedge, o que não foi feito.

A ideia é não abrir espaço para redesignação arbitrária e relação de hedge fracionada. A SNC conclui que a documentação de suporte da política de contabilidade de hedge da Petrobrás é insuficiente e diz que a empresa reconhece no recurso que “sua documentação formal pode ser aprimorada, de modo a eliminar ou minimizar as diferentes percepções que se tem do tema”.

Segundo a área técnica, a falha no documento já seria suficiente para desconstituir a política de hedge da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Eletrobrás vai cortar ponto de grevistas

Funcionários pararam por 24 horas depois de divulgação de áudio do presidente da companhia

A Eletrobrás vai cortar o ponto dos funcionários que participaram de uma paralisação de 24 horas na última quinta-feira. O corte foi informado

informalmente aos empregados e confirmado por uma fonte da empresa, que não quis se identificar.

Sindicalistas enxergam na medida uma retaliação ao vazamento de áudios em que o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior, chama de “vagabundos” e “safados” gerentes da estatal, como divulgado com exclusividade pelo ‘Estadão/ Broadcast’. No áudio, o presidente diz que 40% das chefias da Eletrobrás “não servem para nada” e que a “sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular, no serviço público”.

A gravação percorreu as redes sociais dos funcionários, o que levou Ferreira Júnior a recorrer à TV Eletrobrás para se desculpar. “Eu me desculpo com os nossos colegas, porque uma empresa como a nossa não é feita pelos adjetivos que eu qualifiquei de forma excepcional.

Mas temos de dar os exemplos, para que aquele tipo de situação que chega aqui toda semana em nossa diretoria seja cada vez mais uma exceção e que a nossa ação e superação tragam os adjetivos que fizeram essa grande empresa, da qual me orgulho muito”, diz o executivo.

No mesmo vídeo, no entanto, ele critica as mobilizações sindicais contrárias à reestruturação interna da sua gestão. “Quando eu vejo manifestações... ‘nós vamos judicializar o PAI (Programa de Aposentadoria Incentivada), nós não permitimos que tenha privatização, nós achamos que essa venda de SPEs (Sociedades de Propósito Específico) é uma bobagem’, fico preocupado”, afirma Ferreira, referindo-se às posições dos sindicatos.

Com a paralisação, os empregados buscaram demonstrar indignação à fala do executivo, gravada sem que ele soubesse durante uma reunião em que o tema era a reestruturação da empresa, no início deste mês. Além disso, os sindicatos reclamam participação no processo de reestruturação, que prevê o desligamento de 11 mil pessoas, quase a metade das 23 mil que compõem o quadro do grupo.

“Qualquer mudança na estrutura interna tem de ser negociada com os sindicatos. Essa não é uma vontade nossa. É uma determinação do acordo trabalhista”, diz Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Eletricitários do Estado do Rio e Região (Sintergia) e da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel).

Durante o vídeo gravado para os empregados, o presidente também reclama da falta de diálogo. “Para um sindicato, falta conversa. Nós precisamos conversar mais”, diz. Em seguida, afirma que os planos de incentivo à demissão têm sido cada vez piores e que a adesão deve ser avaliada por cada funcionário.

“O próximo será pior do que esse, porque estamos em situação de fragilidade financeira. Não sei nem se teremos”, acrescentou. Esse trecho foi interpretado pelos sindicalistas como pressão sobre os funcionários.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sônia Racy

Título: Direto da Fonte

Cloro na luz

Para Elena Landau, presidente do conselho da Eletrobrás, as declarações do presidente da estatal, Wilson Ferreira, gravadas por sindicalistas e publicadas pelo Estado, foram "claramente tiradas de contexto de uma conversa franca".

O vazamento teria sido uma forma de pressionar a empresa na negociação do pagamento da PLR - participação dos funcionários no resultado da empresa - deste ano. A Eletrobrás propôs pagar em duas prestações... e os empregados recusaram.

Na luz 2

A gravação - ferramenta, aliás, cada vez mais na moda - mostrou o uso de adjetivos nada edificantes usados por Ferreira para se referir a funcionários que pouco trabalham. "Essas pessoas estão de braços cruzados há oito anos vendo a empresa ser destruída", critica Elena. E, ao que tudo indica, devem ser dispensadas.

Na luz 3

O vazamento, segundo Landau, também foi usado pelos sindicatos para fragilizar a presidência nesta tarefa de ajuste que claramente enfrenta interesses encastelados na empresa.

"O tiro pode ter saído para culatra. O apoio ao Wilson só cresceu", acrescenta. Todos os conselheiros apoiam o presidente da estatal.

Na luz 4

A especialista em energia ligou anteontem mesmo para Ferreira para reafirmar seu apoio às medidas de ajuste e melhoria de gestão. Tidas como "fundamentais para recuperar a empresa após o vendaval que quase acabou com ela".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia**Autor:****Título: Eletrobras mantém plano de demitir 5 mil**

Apesar da saia justa gerada pelas declarações ofensivas aos trabalhadores feitas pelo presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, o governo não pretende interromper o projeto de excluir cinco mil pessoas do quadro da companhia até o fim deste ano. O secretário de Coordenação e Governança das Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Ribeiro Soares, evitou comentar o episódio e reforçou que a Sest “está preparada para apoiar não só a Eletrobras, mas também as demais estatais em seus processos de reestruturação em busca da eficiência”.

A empresa tem atualmente 23 mil funcionários e possui um Programa de Aposentadoria Incentivada em vigor até 30 de junho. Além disso, vem desenhando um novo Programa de Demissão Voluntária (PDV) em parceria com a Sest. “O novo PDV em hipótese alguma gerará benefício maior do que o atual. Não adianta esperar um incentivo mais elevado nos próximos programas, porque não haverá”, alertou Soares. “Tanto no primeiro PDV quanto no segundo, que estamos estruturando, não haverá reposição”, emendou.

A meta da Sest é cortar 20 mil postos em 159 estatais neste ano para que as empresas sejam mais eficientes e sustentáveis. A secretaria vem trabalhando com a Petrobras, os Correios e a Infraero com esse objetivo e já aprovou três novos PDVs: Dataprev, Banco do Nordeste e Casa da Moeda. A expectativa é que, em conjunto, os três programas envolvam de 700 a 800 pessoas.

Polêmica

Em uma polêmica conversa com sindicalistas no último dia 17, Wilson Ferreira Júnior afirmou que a companhia tem 40% de chefes “inúteis” e “vagabundos”. As declarações geraram mal-estar na empresa e motivaram uma paralisação de 24 horas dos funcionários, no dia 22. O plano da empresa é reduzir o quadro dos atuais 23 mil funcionários para 12 mil nos próximos anos.

O executivo ainda afirmou que a estatal está cheia de “safados” nos setores de gerência, ganhando altos salários sem fazer nada. Em nota, a Eletrobras disse que “o presidente da empresa reconhece que usou algumas expressões rudes em áudio divulgado pelos sindicatos. Por isso, fez questão de gravar um vídeo interno para todos os colaboradores, esclarecendo a situação e pedindo desculpas”.

O diretor da Associação de Empregados da Eletrobras (Aeel) Emanuel Mendes assistiu ao episódio das ofensas e disse que o fato causou indignação entre os

funcionários. “Estamos no meio do processo de negociação do acordo coletivo de trabalho, e essas declarações foram muito ruins. Ele falou de forma generalizada. Foi uma falta de respeito”, disse. Segundo ele, 100% dos funcionários das subsidiárias que já fizeram assembleia aprovaram greve para os dias 28 e 29 e adesão à greve geral de 30 de junho.

MME / ASCOM .